



## Situação Ainda Não É Preocupante

Por CRISTINA FERREIRA  
Terça-feira, 01 de Fevereiro de 2005

Maria Manuel Leitão Marques, docente na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e coordenadora do Observatório do Endividamento dos Consumidores, explica que "a expansão do crédito em Portugal se registou na década de noventa, de uma forma muito acelerada", devido à conjugação de vários factores "como a liberalização dos mercados financeiros, o aumento do rendimento das famílias, a estabilidade do emprego, a descida da taxa de juro e a modernização da oferta comercial".

A economista adiantou que a "persistência destes factores faz com que a procura de crédito seja uma constante, indiferente às mudanças nas maiorias governamentais, apesar de sensível a uma conjuntura económica menos favorável". Em 2004, a dívida dos portugueses à banca, em percentagem do PIB foi de 118 por cento (valor inferior ao registado em países como a Holanda, a Alemanha, a Inglaterra ou os EUA). Esta situação não é ainda considerada preocupante, porque "a taxa de esforço, que mede o risco do endividamento para as famílias se manteve em valores comportáveis, cerca de 25 por cento do rendimento". Mas Leitão Marques aproveita para evidenciar que o excesso de dívidas "limita o consumo futuro e pode, especialmente quando há mais do que uma, transformar-se num problema de sobreendividamento devido à ocorrência de factores imprevistos como a perda do emprego de um dos conjuges ou de um divórcio". Em Portugal a taxa de incumprimento, referiu, está "em cinco por cento e não aumentou neste período mais complicado".

Do universo total de famílias portuguesas que vão ao banco, cerca de 78 por cento é para pedir crédito à habitação, "o que constitui um investimento futuro". Uma situação que resulta da ausência "de um mercado de arrendamento" e da descida constantes da taxa de juro. No crédito ao consumo, Leitão Marques diz que predomina a compra de automóveis, seguindo-se a aquisição electrodomésticos e mobiliário. E o financiamento concedido através de cartão de crédito é ainda reduzido em Portugal, embora haja indícios de "algum crescimento". Em Espanha, nota, o crédito ao consumo (de curto prazo) pesa no rendimento disponível das famílias 15,1 por cento, na Suécia 22,6 por cento e em Portugal 9,8 por cento (Cetelem, 2005). Inseridos na zona Euro, o sistema financeiro nacional não corre risco devido ao endividamento, defende Leitão Marques, sublinhando que compete ao Banco de Portugal "cuidar da sua sustentabilidade" e aos governos e à sociedade civil "ajudar a desenvolver programas de educação financeira que levem as pessoas a tomar opções mais racionais, evitando o excesso de endividamento." ▲